



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE FILOSOFIA

KIARA MARINHEIRO BARBOSA

**A CONDIÇÃO CONFLITIVA DO PROFESSOR DE FILOSOFIA NO ENSINO
MÉDIO**

CAMPINA GRANDE – PB

2011

KIARA MARINHEIRO BARBOSA

**A CONDIÇÃO CONFLITIVA DO PROFESSOR DE FILOSOFIA NO ENSINO
MÉDIO**

Monografia apresentada à Universidade Estadual da Paraíba como requisito para a conclusão do curso em Licenciatura em Filosofia.

Orientadora: Professora Ms. Rosemary Marinho da Silva

CAMPINA GRANDE – PB

2011

B238c

Barbosa, Kiara Marinheiro.

A condição conflitiva do professor de Filosofia no Ensino Médio [manuscrito]: /Kiara Marinheiro Barbosa. – 2011.

38 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Profa. Ms. Rosemary Marinho da Silva, Departamento de Filosofia”.

1. Formação Docente 2. Práticas de Ensino 3. Relação Professor-Aluno I. Título.

21. ed. CDD 371.12

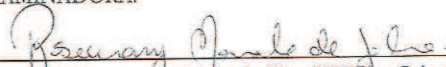
KIARA MARINHEIRO BARBOSA

A condição conflitiva do professor de filosofia no Ensino Médio

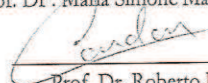
Monografia apresentada à Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial
para conclusão de curso de licenciatura em Filosofia

Aprovada em 23 de Novembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Ms. Rosemary Marinho da Silva (UEPB) – Orientadora


Prof. Dr. Maria Simone Marinho Nogueira (UEPB) – Examinadora


Prof. Dr. Roberto Rondon (UEPB) – Examinador

CAMPINA GRANDE – PB
2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus por ter me dado força e saúde para eu poder chegar até aqui, aos meus pais, Vicente e Rita, ao meu esposo Joilton Campos e minha filha Maria Klara, e a meu irmão Thiago, pelo apoio e suporte disponibilizado e pela compreensão das minhas necessidades em cada um dos momentos mais difíceis de execução deste trabalho e por sempre acreditarem nas minhas capacidades.

Aos meus demais familiares, por todo apoio moral concedido à minha formação intelectual.

À minha orientadora, Ms. Rosemary Marinho da Silva, pelo tempo e paciência prestados na orientação deste trabalho.

A todos os professores/as do curso de Licenciatura Plena em Filosofia, da UEPB, que contribuíram para o meu desenvolvimento intelectual e emancipação do curso.

Por fim, agradeço aos amigos que durante o curso me auxiliaram e apoiaram-me de diversas formas, em especial a Maria Selma Araújo pelo apoio metodológico durante todo este processo.

[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula, devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, as suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não de transferir conhecimento (FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**, 1997, p.52)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo abordar o tema da condição conflitiva do Professor de Filosofia no Ensino Médio. O primeiro tópico tem como objetivo tratar do Ensino de Filosofia como um Marco Legal, enfatizando as questões da sua Identidade, partindo das Orientações Nacionais Curriculares para o Ensino Médio. O objetivo do segundo tópico é refletir acerca dos pontos: da condição do professor de filosofia no Ensino Médio; da condição conflitiva na formação acadêmica; da condição conflitiva na construção curricular e da condição conflitiva na relação professor / aluno. Enfatizando as questões relacionadas, especificamente, a formação do docente e a educação pela pesquisa. Já objetivo do terceiro tópico é abordar os possíveis caminhos para o professor de filosofia para o Ensino Médio. Neste sentido, buscou-se trilhar alguns caminhos que possam contribuir na atuação da prática docente no Ensino Médio. Entende-se que os futuros docentes de filosofia percorrem uma longa e importante jornada durante a sua graduação, principalmente no que diz respeito aos conteúdos específicos de filosofia. Ao término deste trabalho, percebemos o quanto é relevante ajuizar sobre a prática docente. Assim, este estudo procurou levantar algumas reflexões com base em alguns autores para entendermos a complexidade do que é ensinar. Observou-se que a função da filosofia enquanto disciplina e sua aplicabilidade em sala de aula é fundamental para que o professor sempre estar atento a tais conceitualizações para uma melhor formação de seus alunos.

Palavras-chave: Filosofia. Formação. Docente. Prática. Ensino Médio.

ABSTRACT

This work aims to address the issue of the contentious condition of Philosophy's Teacher in High School. The first topic is designed to address the Teaching of Philosophy as a Legal Framework, emphasizing the issues of Philosophy's Identity in High School, based on the National Curriculum Guidelines for High School. The goal of the second topic is to reflect on the following points: the philosophy teacher's status in high school, the conflictive condition in the academic formation, the conflictive condition of the curriculum construction, and the conflictive condition in the teacher/student relationship. Emphasizing, specifically, teacher training and education through research issues. The goal of third topic is to possible paths of a Philosophy's Teacher at High School. Thus, we tread some paths that might contribute to the performance of teaching practice in high school. It is understood that future teachers of philosophy have a long and important journey during their graduation, especially with regard to the specific contents of philosophy. Finally we realize how import is to reflect about the teaching practice. Thus, this study seeks to raise some reflections on the basis of expert authors to understand the complexity of teaching. It was observed that function of philosophy as a discipline and its applicability in the classroom is fundamental for the teacher to always be aware such conceptualizations for better training his students.

Keywords: Philosophy. Formation. Teacher. Practice. High School

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. O ENSINO DE FILOSOFIA	10
1.1 A identidade do ensino de filosofia no Ensino Médio.....	10
1.2 Competências e habilidades do professor da disciplina de filosofia.....	13
2. A CONDIÇÃO CONFLITIVA DO PROFESSOR DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO	17
2.1 A condição conflitiva na formação acadêmica.....	17
2.2 A condição conflitiva na construção curricular.....	19
2.3 A condição conflitiva na relação professor/aluno.....	25
3. POSSÍVEIS CAMINHOS PARA O PROFESSOR DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO	29
3.1 Filosofia, Pesquisa e Reflexão crítica criativa da realidade.....	29
3.2 A pesquisa no ensino de Filosofia.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo abordar o tema a condição conflitiva do Professor de Filosofia no Ensino Médio. Neste sentido, serão apresentados de forma reflexiva e fundamentados, alguns aspectos das condições conflitivas do ensino de filosofia para o professor de Ensino Médio.

Desta forma, para uma melhor compreensão acerca do tema aqui exposto, este trabalho será constituído por três tópicos. O primeiro tópico tem como objetivo tratar do Ensino de Filosofia como um Marco Legal, enfatizando as questões da Identidade da Filosofia no Ensino Médio, partindo das Orientações Nacionais Curriculares para o Ensino Médio. Somam-se aqui, pontos que abordarão as questões da identidade da filosofia no Ensino Médio, ou seja, desde seu surgimento, passando por sua retirada e, posteriormente, seu retorno nos anos seguintes.

Mais adiante serão abordadas questões que vão tratar das competências e habilidades que o docente no ensino da filosofia deve ter, principalmente nesse nível educacional, onde é de suma importância ter o domínio de conteúdos e criatividade para uma melhor atuação no ensino médio.

O objetivo do segundo tópico é refletir acerca da condição do professor de filosofia no Ensino Médio. Enfatizaremos as questões relacionadas a formação do docente e a educação pela pesquisa.

Por fim, o objetivo do terceiro tópico é abordar os possíveis caminhos para o professor de filosofia para o Ensino Médio. Neste sentido, iremos trilhar alguns caminhos que possam contribuir na atuação da prática docente no Ensino Médio.

Esse capítulo será voltado para trilharmos alguns caminhos no sentido de como atuar com maior vigor no ensino médio, desde as questões da pesquisa até as reflexões críticas. Nessa fase educacional, o que será também de grande relevância são as questões da criatividade em sala de aula, tudo isso trabalhado de acordo com a realidade de cada espaço escolar.

Entende-se que os futuros docentes em filosofia percorrem uma longa e importante trajetória durante sua graduação, principalmente no que diz respeito aos conteúdos específicos de filosofia. Em relação à pesquisa, o que será exposto aqui é uma análise que visa ensinar a educar e refletir de forma crítica e reflexiva.

Portanto, para a construção desse trabalho, foram utilizadas diversas obras, que nos auxiliaram para a compreensão da temática proposta. Dentre elas podem-se destacar as

Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; Ensino de Filosofia no Ensino Médio de Evandro Ghedin; *O ensino de filosofia como problema filosófico* do autor Alejandro Cerletti; *Educar pela pesquisa* de Pedro Demo. Além disso, abordamos outras obras complementares que nos auxiliaram em nossa pesquisa.

1 O ENSINO DE FILOSOFIA E SEU MARCO LEGAL

Ao discorrer sobre o debate do ensino de filosofia no ensino médio, faz-se necessário conceituar sua identidade, suas propostas, competências e habilidades. Isso configura um ponto de partida para uma melhor aceitação nessa fase educacional. Desse modo, observar-se-á sua função enquanto disciplina e sua aplicabilidade em sala de aula, ressaltando que é de fundamental importância que o professor esteja inteirado dessas conceitualizações para uma melhor formação educacional dos alunos.

1.1 A identidade da filosofia

A filosofia no Ensino Médio abrange diversos conteúdos, dentre eles, podem-se destacar filosofia e conhecimento, filosofia e ciências, lógica, política, ética, entre outros, os quais têm como objetivo propiciar aos alunos uma selecionada gama de atividades reflexivas, contribuindo assim para sua aprendizagem filosófica. Para tanto, é importante que o docente tenha domínio e conhecimento da abrangência e profundidade destes conteúdos.

Desse modo, pode-se observar que essa disciplina não é algo totalmente conceitual, mas também contribui para o esclarecimento de problemáticas existente na vida dos alunos, por isso a sensação de complexidade na forma como é abordada em sala de aula. “[...] a resposta [...] à pergunta que filosofia? Sempre dependerá da opção por um modo determinado de filosofar que considere justificado.”¹ Ou seja, caberá a cada docente, e também a cada aluno, não só a compreensão e reflexão a respeito das leituras dos conteúdos filosóficos como também para com as demais atividades trabalhadas na disciplina de filosofia, pois, com essa junção, aumenta significativamente a importância de trabalhar-se com a filosofia no ensino médio.

O ensino de filosofia exige do docente uma relação contínua entre os conteúdos estudados na graduação desde a história da filosofia antiga até as disciplinas didático-pedagógicas, as quais contribuem para compreensão de possíveis problemáticas presentes no ambiente escolar. Soma-se a tudo isso a necessidade de o/a professor/a ter o domínio desses conhecimentos para ajudar os alunos a chegarem ao final do ensino médio tendo competência e domínio necessários da disciplina de filosofia, em especial, da sua história, tendo em vista que é a partir da história da filosofia que se pode perceber sua abrangência e sua importância, tanto para o docente quanto para sua aplicabilidade em sala de aula, principalmente do ensino médio. Portanto é que, por muitas vezes, o docente não quer ou não pode atualizar-se no

¹ BRASIL, 2006, p.24.

âmbito do conhecimento, surgem, então, muitas dificuldades para ensinar-se filosofia. Dessa forma, se o professor não é graduado em filosofia, não pode ensiná-la e não terá domínio suficiente sobre seus conteúdos.

Com efeito, a filosofia abarca contribuições nas questões de cidadania vinculada a várias instituições educacionais, pois a filosofia não se detém a um conceito específico, mas abrange uma pluralidade de relações com outros níveis de aprendizado e tudo isso se tem ampliado com os documentos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Somam-se a tudo isso as questões dos valores educacionais que devem ser trabalhados em sala de aula, como também os direitos e deveres que competem tanto aos alunos como aos professores.

Sendo assim, enfatizando ainda mais as questões de cidadania como um direito de todos, fazendo sempre uma junção entre família e escola, vinculando, assim, uma solidariedade educacional no meio social em que vive. No intuito de fundamentar essa formação, tanto na importância da história da filosofia quanto na contribuição com a cidadania, é significativo pontuar sua identidade no ensino médio.

Uma das identidades apontadas pelas Orientações Curriculares Nacionais de Ensino Médio – OCNEM/Filosofia – “é a desnaturalização do senso comum, ou seja, como encontramos nas OCNEMs a filosofia costuma quebrar a naturalidade com que usamos as palavras, tornando-as reflexão.”² Destarte, é preciso uma reflexão a respeito do que e como se ensina em filosofia, tendo em vista que os conteúdos programáticos existentes na grade curricular das instituições escolares de hoje não permitem “avançar” no âmbito reflexivo, pois muitas vezes são restritos à parte histórica da filosofia.

Segundo as OCNEM/Filosofia:

[...] a filosofia tem a necessidade, ao mesmo tempo, de se definir no interior do filosofar como tal, isto é, naquilo que tem de próprio e diferente de todos os outros saberes. Antes de qualquer coisa, diante da grande variedade e da diversidade dos modos e das correntes de pensamento, não se pode perder de vista que é possível falar em filosofia e não apenas em filosofias, nem se pode esquecer que uma maneira de filosofar se relaciona com todas as outras de um modo peculiar.³

Ou seja, a filosofia está relacionada com as demais áreas do saber, visando sua importância reflexiva e estímulo intelectual para os alunos nessa fase, inclusive expressar

² BRASIL, 2006, p.22.

³ Idem.

idéias de modo peculiar, tornando-as reais, havendo, assim, a desnaturalização do senso comum e privilegiando a relação entre conhecimento e cidadania.

No artigo 3º das Diretrizes, pode-se perceber a “[...] coerência entre prática escolar e princípios estéticos políticos e éticos”⁴, ou seja, no estético, estimula-se a criatividade, curiosidade, a invenção e até mesmo a afetividade; no político, o reconhecimento dos direitos e deveres do cidadão; e, por último, a ética, que visa à superação entre a moral e os valores, o público e o privado. Juntos, esses princípios constituem verdadeiras identidades. Com todos esses aparatos, pode-se dizer que a filosofia estará sempre bem embasada, tendo em vista que uma das funções da filosofia é contribuir com uma nova percepção de mundo, ampliando, assim, os conhecimentos, retirando um pouco a visão de senso comum.

Outra possível função da filosofia é o estímulo ao conhecimento filosófico principalmente na sua história clássica, visando ampliar a reflexão e a curiosidade de sempre recorrer a esses clássicos, porém não se detendo unicamente neles, mas conciliando-os com outros conhecimentos sejam eles do senso comum ou não, tendo em vista que é próprio da filosofia articular-se a outras formas de saberes. Ou seja, as atividades filosóficas privilegiam certo “voltar atrás”, um refletir, porque a “própria possibilidade e a natureza do imediatamente dado se tornam alvo de interrogação.”⁵

Desse modo, ao recorrer à história da filosofia percebe-se que há várias formas de reflexão, sobre as quais se pode dizer que é devido à existência de questionamentos mal interpretados que há um alto índice de defasagem no aprendizado de filosofia, principalmente no ensino médio. Devido a tudo isso, surge mais uma função da filosofia: trabalhar sempre com seus textos originais, porém não deixando de lado seus comentadores, artigos, literaturas e outras fontes de conhecimento, pois isso contribui para uma ampliação de leituras, escritas e compreensão de outras temáticas, principalmente literárias.

Por isso é necessário que o docente de filosofia tome sempre o ponto de partida para ajudar a expandir um novo modelo para atuar no ensino médio. Entretanto, para que tudo isso aconteça, faz-se necessário que o docente tenha as habilidades e competências necessárias na área da filosofia para uma melhor atuação na disciplina, mormente no ensino médio, sobre as quais iremos dissertar a seguir.

⁴ MEC, 2006, p.25

⁵ BRASIL, 2006, p.23

1.2 Competências e habilidades do professor da disciplina de filosofia

Esse ponto visa contribuir para o esclarecimento de como pode ser o desempenho do docente em filosofia, dando-lhe margem para compreender de que forma deve agir em sala de aula, sobretudo no ensino médio, já que muitas vezes causa certo “temor” ministrar uma aula. Para tal, é valioso o auxílio das competências e habilidades, as quais estão presentes nas OCNEMs/Filosofia (2006) que podem transformar esse “temor” em facilitador para a compreensão e aceitação da disciplina de filosofia e para a formação de novos cidadãos reflexivos. Surge aí à idéia de um ensino por competências, que não só ajudará o docente a ampliar seus conhecimentos na disciplina, como também o auxiliará com as habilidades e no aprimoramento de seu trabalho em sala de aula e até mesmo no seu cotidiano, enquanto docente.

Com efeito, um dos objetivos do ensino da filosofia no ensino médio não é simplesmente propiciar ao aluno um enriquecimento intelectual, mas sim desenvolver a capacidade de obter novos conhecimentos, apesar de não desprezar seu conhecimento de mundo. É preciso que o professor possa contribuir para a ampliação dessa nova fase do aprendizado, fazendo com que seus alunos ultrapassem as barreiras dos programas até então oferecidos pelas instituições de ensino, tendo em vista que o ensino médio deve conter um caráter que desenvolva as habilidades comunicativas e argumentativas, de seus alunos, para que não se tornem meros repetidores de informações, ou seja, para que, ao terem contato com a filosofia, possam aliá-la aos seus conhecimentos prévios e expressarem as próprias opiniões.⁶

Segundo as OCNEMs/Filosofia,

[...] pode-se afirmar que se trata de competências comunicativas, que parecem solicitar da filosofia um refinamento do uso argumentativo da linguagem, para o qual podem contribuir com conteúdos lógicos, próprios da filosofia [...] ⁷

Isto é, estar ligado a tudo aquilo que se deseja enquanto competência do docente, para que o mesmo tenha o engajamento necessário para a aquisição de novas tendências e habilidades para com as atividades abordadas na disciplina de filosofia, ampliando assim o desejo de novos conhecimentos para sua atuação como docente e para com as relações sociais que o ensino como um todo abrange.

Desse modo, é preciso que haja uma formação para os docentes de filosofia, permitindo-lhes uma flexibilidade diante dos mais variados conteúdos e ajudando-lhes a

⁶ BRASIL, 2006, p.31.

⁷ Idem, p. 30.

aprimorar o rendimento nas atividades trabalhadas com seus alunos, seja em sala de aula seja em trabalhos de campo. Dessa forma, a aprendizagem torna-se um processo de assimilação contínuo, dando-lhe um caráter espontâneo para alcançar resultados satisfatórios, que venham a contribuir na correção das desigualdades sociais ainda existentes nas instituições educacionais.

Só a partir de uma formação bem elaborada, podem-se exercer competências que colaborem com o trabalho filosófico e no desenvolvimento reflexivo ao qual estão associadas cognição e assimilação de conteúdos. As competências e as habilidades estão bem presentes na atuação e aceitação da disciplina de filosofia, porém, não se distanciando das tradições filosóficas, o que se soma a isso são os questionamentos, dentre eles: “[...] de que capacidade se está falando quando se trata de ensinar filosofia no ensino médio?”⁸

As respostas são simples e claras: trata-se de despertar nos alunos a capacidade de pensar, de criticar, de trabalhar-se em grupo, responsabilidade para com suas atividades, uma boa comunicabilidade, e de não esperar só pelo professor. Assim, tendo a capacidade de perguntar sem medo de errar, de ler e compreender o que está lendo, enfim, são infinitas as contribuições para capacitar o aluno nessa jornada educacional. O que falta, muitas vezes, é a disposição do docente em querer passar à frente o que lhe foi confiado.

Uma grande contribuição que se espera por parte do professor de ensino de filosofia é despertar no aluno uma reconstrução racional e crítica de sua realidade, possibilitando, assim, uma autonomia e uma posição perante a sociedade. No entanto não se pode perder de vista a necessidade de trabalhar-se em conexão com os clássicos filosóficos, para que haja uma maior contribuição e interiorização dos mesmos. Pois, para o aluno, quanto maior sua identificação com os referenciais teóricos, melhores serão as habilidades perante as leituras e interpretações dos mesmos.

Para melhor clareza:

[...] do que se espera do professor de filosofia no ensino médio pode ser encontrada nas Diretrizes Curriculares aos Cursos de Graduação em Filosofia e pela portaria INEP nº. 171 de 24 de Agosto de 2005, que instituiu o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENAD) de Filosofia, que também apresenta as habilidades e as competências esperadas do profissional responsável [...]⁹

Em linhas gerais, pode-se expor que essas Diretrizes fundamentam, de forma teórica, a formação dos professores e orientam como devem atuar na disciplina de filosofia, desde a tradição até os objetivos mais específicos da atualidade, não deixando de lado a

⁸ BRASIL, 2006, p.29.

⁹ BRASIL, 2006, p. 31.

realidade de cada instituição de ensino, tendo zelo pelo pensamento inovador, crítico e independente.

Outro entendimento a respeito das competências e habilidades refere-se ao modo de como o professor desenvolverá os conteúdos no ensino médio, que é à volta aos clássicos, utilizando-os sempre como um amplo recurso didático, a fim de poder preparar melhor seu aluno, como também para formular soluções para eventuais problemas. Para que tudo isso se torne concreto, é preciso que o professor de filosofia, desde sua graduação, tenha familiaridade com a História da Filosofia, de modo especial com os clássicos. Esse deve ser o primeiro passo para uma compreensão adequada dos textos a serem trabalhados com seus alunos, mesmo que, no decurso de seu trabalho, venha a utilizar outros textos que julgue necessário à realidade escolar.

Segundo Gallo¹⁰ “a filosofia é processo e produto ao mesmo tempo, só se pode filosofar pela História da Filosofia, e só se faz história filosófica da filosofia, que não é mera reprodução”, ou seja, essa relação não deixa de existir, pois preserva as competências e as habilidades propostas desde a graduação para serem mais bem aplicadas aos estudantes do ensino médio. Verifica-se que o objetivo do professor, não só em sala de aula, mas também no cotidiano escolar, é desenvolver nos alunos as habilidades necessárias para o aprendizado dessa disciplina, não apenas infundir valores ou ensinamentos meramente didáticos, mas também despertar o aluno para uma reflexão filosófica e independente.

Conforme OCNEM/Filosofia¹¹ “o texto das Diretrizes para os Cursos de Graduação em Filosofia é cuidadoso – defende um pensamento crítico, aponta para o exercício da cidadania e para a importância de uma técnica exegética que permita um aprofundamento da reflexão”, e também é muito cauteloso para que o ensino da filosofia não se torne tendencioso nem fuja de suas raízes filosóficas.

O trabalho maior e mais doloroso é conservar a qualidade da disciplina, ou seja, trabalhar juntamente com os clássicos sem fugir do seu cerne, dando-lhe sentidos adversos. Contudo se o professor foi bem preparado durante sua formação acadêmica, logicamente é muito difícil que o mesmo use uma metodologia de reprodução textual, tendo em vista que, naquele momento, é uma sala de aula de ensino médio e não uma turma de graduação. Para isso, é necessária uma auto-avaliação para não cometer erros desnecessários. Se durante a graduação o professor foi atento às determinações da licenciatura, provavelmente saberá

¹⁰ Apud BRASIL, 2006, p.32,

¹¹ BRASIL, 2006, p.33.

integrar a leitura filosófica ao conhecimento de mundo de seus alunos, ampliando assim, o desejo da aprendizagem por parte dos mesmos.

Pode-se perceber que as competências e habilidades devem ser bem desenvolvidas nas atividades do ensino de filosofia, para tanto, é apresentada uma listagem de competências e habilidades que contribuem para o bom andamento de sua prática. São elas:

- Representação e comunicação - a leitura como compreensão dos clássicos, elaboração de uma escrita significativa, obtenção de um modo reflexivo de aprendizado, ter argumentação consistente do que se expõe entre outras.¹²
- Investigação e compreensão – as quais visam a conhecimentos filosóficos, conteúdos discursivos com outras áreas do saber, como também produções textuais e culturais.¹³
- Contextualização sociocultural - que constitui os conhecimentos filosóficos, desde os clássicos até as discussões com as diversas áreas do saber, dentre eles o sócio-cultural, científico e político.¹⁴

Portanto, a abrangência das competências e habilidades não se resume a um mero momento da educação, mas enfatiza o ensino de filosofia no ensino médio, dando ênfase à formação do educador, para atuar com maior eficácia no ambiente escolar. Entretanto, se faz necessário que durante a formação haja disponibilidade e paciência, para poder enfrentar de modo coerente os conflitos existentes, não só nesse período, mas em todas as fases educacionais. É o que discutiremos a seguir.

¹² BRASIL, 2006, p.33.

¹³ Idem.

¹⁴ Ibidem, p.34.

2 A CONDIÇÃO CONFLITIVA DO PROFESSOR DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO

Assim, como nas habilidades e competências do docente, o ensino de filosofia demanda um amplo campo de conhecimentos. Soma-se então, a vivência em sala de aula, as quais fazem surgir diversas questões conflitivas na formação do docente em filosofia, com amplas dificuldades, nos mais variados níveis de ensino, a qual vai além das pesquisas, enfatizando uma profunda inquietação em volta do termo, formar, o qual nesse sentido quer destacar a atividade de ensinar a ensinar filosofia.

A palavra conflito¹⁵ liga-se a vários conceitos, porém o que vamos nos deter aqui é a questão dos problemas enfrentados na formação do docente em filosofia, dentre eles, podemos destacar a aceitação da disciplina nas escolas, o conteúdo teórico, material didático-pedagógico, a relação entre professor e aluno, enfim, um combate constante, em relação à especificidade do ensino de filosofia e sua contribuição enquanto princípio ativo de formação reflexiva e humana.

2.1 A CONDIÇÃO CONFLITIVA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Aqui vislumbraremos algumas querelas existentes na formação acadêmica, em especial na licenciatura em filosofia desse modo podemos observar que:

Um professor de filosofia não se “forma” tão somente ao adquirir alguns conteúdos filosóficos e outros pedagógicos, para então em seguida justapô-los. Em realidade, vai-se aprendendo a ser professor desde o momento em que se começa a ser aluno. Em grande medida, se é como docente o aluno que se foi.¹⁶

Não basta conhecer alguns textos filosóficos, metodologias, didáticas, ou até mesmo a literatura por completo, mas o que acontece muitas vezes é a internalização, de “esquemas teóricos, pautas de ação, valores educativos...”¹⁷ os quais vão ficando intrínsecos à passa do tempo.

São vastos os caminhos a seguir para ser um docente em filosofia, os quais são condicionantes para uma prática futura. No entanto, cada futuro docente tem uma demanda de teorias que muitas vezes são descontraídas e distantes do cotidiano escolar, seja como aluno

¹⁵ O conflito pode ser entendido quando há necessidade de escolhas incompatíveis, e em alguns momentos como desequilíbrio de forças sociais.

¹⁶ CERLETTI, 2009, p.55.

¹⁷ Idem.

no ensino médio, com seu primeiro contato com a filosofia e outras disciplinas, seja como graduando na universidade, onde se prepara para sua atuação enquanto professor, e em seguida como docente, onde já estará atuando, e enfrentando um novo e árduo “conflito”, que para muitos é a prática de ensino em sala de aula.

Desse modo, acaba-se “por ensinar como ‘se foi ensinado’”.¹⁸ O que muito embora não seja correto, pois a prática docente requer da mesma contextualização, domínio de conteúdo, espontaneidade, tranquilidade, disciplina e comprometimento com a tarefa da docência.

O trabalho do docente é uma empreitada intensa e complexa, porém, satisfatória, quando realizada com prazer. No entanto, as atividades acadêmicas que articulam o cronograma da prática de ensino, não são “adotadas ou inventadas de forma descontextualizada. São selecionadas de acordo com as exigências que garantem a continuidade e a funcionalidade institucional.”¹⁹

Outro conflito existente na concepção acadêmica é formar pesquisadores e professores aptos a ensinar filosofia no ensino médio, tendo em vista que, seus formadores devem “capacitá-los” metodologicamente para compreensão dos autores clássicos, tidos como referenciais na História da Filosofia. Eis um problema, como fazer essa capacitação? Muitas vezes nem o próprio “formador” tem essa compreensão, e acaba por ensinar apenas sua linha de pesquisa, ou “seu filósofo preferido”, e deixa de abordar outras temáticas que competem a sua disciplina, isso por que não tem familiaridade com outros conteúdos, deixando assim, o formando “limitado” a uma só temática, o que causará grandes conflitos na sua atuação em sala de aula.

Percebe-se que os futuros docentes em filosofia percorrem um longo e importante trajeto durante sua graduação, principalmente no que diz respeito aos conteúdos específicos de filosofia, onde conheceram, aprenderam e vivenciaram experiências, com seus formadores sobre o que é filosofia e como se ensina filosofia. Só por meio dessas experiências, pode-se identificar o que é ser um “bom” ou “mau” professor, tendo em vista que, durante sua trajetória como estudante de licenciatura teve contato direto com diversos conteúdos de filosofia, e modos de como ensiná-la.

Isto deixa claro que cada sujeito tem sua maneira peculiar de aprender e ensinar, dependendo sempre de como se faz as leituras filosóficas, porém faz-se necessário que sempre recorram aos clássicos para uma melhor compreensão. No entanto deve-se observar

¹⁸ CERLETTI, 2009, p. 56.

¹⁹ Idem.

que cada professor transmitiu sua leitura e interpretação de acordo com os professores que eles também tiveram, ou seja, cada um expôs sua metodologia, competência, habilidades, as quais cooperaram para a futura atuação dos novos docentes.

Desse modo, há uma co-responsabilidade do formador e das instituições de ensino para ajudarem sempre que necessário, ao docente perante eventuais problemáticas no decorrer de sua atuação em sala de aula, porém não há como diagnosticar se o mesmo vai ser um bom ou mau profissional, pois cada docente irá atuar de forma muito particular. Podendo ou não atribuir, aos seus formadores, futuros dissabores ou até mesmo desapontamentos, que ininterruptamente surgem no contexto profissional.

Com efeito, compete a cada professor/a uma auto-avaliação, no sentido de, como está ou foi sua formação enquanto docente, já que, essa empreitada requer uma inflexível autoformação, que exige coragem, paciência, dedicação, disposição física e intelectual, atenção e disciplina, e que nada tem de espontâneo e corriqueiro, como outras áreas do saber.

Diante de tudo que já foi exposto até aqui, percebe-se a necessidade de se construir um currículo, mesmo com os conflitos existentes na formação de docente. No entanto, surge a questão: como fazê-lo? Esse é um problema que muitas vezes não é ensinado na academia, deixando assim o docente sem as orientações necessárias de como formular o seu currículo.

2.2 A CONDIÇÃO CONFLITIVA NA CONSTRUÇÃO CURRICULAR

Percebe-se que desde muito tempo o problema da inclusão da disciplina Filosofia e sua aceitação nas escolas, sejam elas públicas ou privadas, desde as últimas três décadas essa disciplina busca seu espaço no sistema educacional, priorizando a reflexão do quê, o quê, como, para quem, e com quais objetivos, se ensina filosofia?

Daí a necessidade de ter uma direção a seguir, e essa se pode chamar de currículo. Mas o que é o currículo? Quando se fala em currículo, pensa-se logo em solicitação de emprego, porém, o mesmo abrange muito mais que isso, podendo ser definido como um conjunto de pressupostos, ponto de partida para se chegar a algum objetivo, de metas que se deseja alcançar e os passos que se pode dar para se chegar a esses objetivos, em especial na disciplina de filosofia, para o ensino médio.

Segue-se que o currículo um documento oficial de caráter nacional, e autônomo, onde, é apresentado um amplo conjunto de conteúdos, e objetivos, os quais podem ser aceitos ou não para cada nível de ensino. Tudo isso deve ser arquitetado por meio de um projeto, e, elaborado por docentes, para um grupo educacional já sólido, e para ser desenvolvido nas

mais diversas áreas do conhecimento, porém, sendo constantemente revisado e avaliado no seu desenvolver-se e sua aplicabilidade no ambiente escolar.

Dessa feita, pode-se questionar: onde surgiu a idéia de currículo? Ou quando surgiu? O currículo vem do latim que quer dizer caminho, trajeto, percurso, pode também se referir à ordem ou sequência, ou ordem como estrutura, a qual remonta ao conjunto de práticas educativas no século XVI, em universidades, colégios, e escolas seguindo então os modelos e ordens Parisienses, os quais designavam a combinação e a subdivisão das escolas em classes com a fixação do ensino individualizado, isto é, aluno por aluno, e nas ordens a sequência e a coerência ordenada entre o ensino e a sociedade.

O currículo surgiu segundo relatos, pois não há nada comprovado até então, entre os séculos, XV e XVI numa instituição de ensino em Paris. Todavia, o currículo servia de certificado no final dos cursos. Assim, na Universidade de Leiden (1582), Universidade de Glasgow (1633), e na Grammar School de Glasgow (1643), o currículo era destinado o período educacional como um todo, e não apenas para as unidades pedagógicas, que tinham um curto período de aprendizagem.

Com o passar dos tempos foi se aprimorando a formulação do currículo, dando-lhe um novo modelo e nova organização até os dias de hoje, contribuindo assim, para uma projeção no campo do conhecimento, e da aprendizagem como um todo.

Segundo os PCNS:

O currículo, enquanto instrumentação da cidadania democrática deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando à integração de homens e mulheres no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva. Nessa perspectiva, incorporam-se como diretrizes gerais e orientadoras da proposta curricular as quatro premissas apontadas pela UNESCO como eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea.²⁰

Para aprofundar essas questões é significativo vislumbrar o ensino de filosofia desde as épocas coloniais, como também um olhar para a história do ensino da filosofia no Brasil, onde sua metodologia era nos moldes religiosos e políticos, os quais privilegiavam as elites até então dominantes.

Soma-se que:

O ensino da filosofia, desde o Brasil colônia até hoje nunca teve um lugar definido no currículo escolar. [...] A filosofia veio para o Brasil com os

²⁰ BRASIL, 2000, p.15.

jesuítas. Inicialmente, teve um caráter messiânico, confundindo-se com instrução e catequese e tendo como principal finalidade fortalecer a igreja católica.²¹

Dessa forma, o ensino secundarista foi instituído entre os anos de 1553 ou 1556 quando foi fundado um colégio da ordem dos Jesuítas, na cidade de Salvador, o qual apresentava o objetivo de aumentar o número de fieis, ou soldados de Deus. Os mesmos tinham como desígnio educar pela fé, formando assim seus professores. Ao término do curso era entregue o título de bacharel, e de mestre em artes e filosofia fossem eles estudantes da própria cidade ou não.

Segundo HORN,

[...] os Jesuítas mantinham em funcionamento os cursos secundários de Letras Humanas e de filosofia (sic) - também denominado curso de Artes -, além do ensino de nível superior, no curso de Teologia e Ciências Sagradas.²²

Nesse período a filosofia estava presente de forma invisível, por meio do Latim que estava se tornando à língua oficial. Os escritos estudados, com maior vigor, eram dos filósofos gregos e romanos, entretanto todos alterados para a linguagem das cláusulas católicas. Dentre os livros examinados percebe-se a preponderância dos escritos moralistas de Cícero, Quinto Cúrcio e Sêneca, os quais contribuíam para a amplitude dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. Todavia, “os cursos de Letras Humanas e de Filosofia e Ciências cumpunham os estudos considerados de nível secundário, com duração global de, aproximadamente, nove anos.”²³

No entanto, a área da Filosofia e Ciências ou Artes tinham a carga horária de três anos, os quais contavam com as disciplinas de “Lógica, Metafísica, Moral, Matemática, Ciências Físicas e Naturais.”²⁴ No currículo constava o esboço dos filósofos, “Aristóteles e Tomás de Aquino, como conteúdo do primeiro ano, e para os demais, Ciências Físicas e Naturais.”²⁵ Para tanto se percebe que, o ensino na área de filosofia era apenas para formar “soldados de Deus”, visto que, os Jesuítas não admitiam as discussões do pensamento moderno.

Quando chegou ao Brasil, a filosofia era restrita a poucos, pois, só quem podia ter acesso a ela eram os nobres ou dominantes colonos que aqui chegavam e se apoderavam de seus status de nobreza. Com isso, os conteúdos estudados pelos filhos dos colonos e dos

²¹ HORN, 2009, p. 20.

²² Apud Souza, 1992, p.21.

²³ Idem.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Ibidem.

futuros sacerdotes, eram específicos, ou seja, continham a metodologia dos jesuítas, seguidas da teologia e para complemento de seus estudos eram enviados à Europa para afinar ainda mais os conteúdos já trabalhados na formação acadêmica, seria então um modo de especialização na linguagem atual.

Contudo, a filosofia que se apresentava era organizada pelo privilégio exclusivo do pensamento teocrático jesuítico, o que afastou muitos de seu convívio, inclusive Portugal dos seus movimentos científicos existentes desde o renascimento com René Descartes, Locke, entre outros. Enfim, pode-se dizer que a filosofia na prática ajudou muito mais aos objetivos dos dirigentes das colônias e das metrópoles dominantes, do que aos interesses que essa disciplina requer, ou seja, o papel da Filosofia não foi trabalhado como deveria, deixando uma lacuna na aprendizagem desses estudantes e futuros sacerdotes. Porém, nesse período colonial, o que realmente interessava era uma filosofia que formasse homens letrados, eruditos e, principalmente católicos.

Com a propagação das idéias iluministas e da filosofia moderna em Portugal, a metodologia dos estudos dos jesuítas estava em grandes apuros, pois “o verdadeiro método de estudar, de 1746, do oratoriano iluminista Luiz Antônio Verney, exerceu grande influência na renovação cultural portuguesa.”²⁶ Essa renovação contribuiu para reformas no ensino de Pombal, as quais instituíram aulas régias tendo como ministrantes leigos da região, o que ocasionou poucas modificações no método jesuíta de atuação naquela localidade.

Porém, no que se refere à questão pedagógica não houve muitas modificações, pois, quem continuou ministrando as aulas eram os professores já formados anteriormente nas escolas jesuíticas. Daí a continuidade das aulas serem de cunho religioso, tendo o ensino de Filosofia com uma tendência escolástica. O que foi apreendido durante todo esse período de aprendizagem teve grande influência na formação das classes dominantes, tendo em vista que a composição do ensino era de forma clássica e voltado excepcionalmente à literatura e a retórica, desprezando assim o estudo das ciências e das atividades consideradas manuais, as quais ficariam a cargo dos escravos, cabendo o estudo só para as elites dominantes.

Com efeito,

em 1774 foi inaugurada uma aula régia de latim em São João del Rey e uma de filosofia no Rio de Janeiro, onde dois anos mais tarde, em 1776, foram aprovados os estudos criados pelos frades franciscanos, modelados pelos estatutos dados por Pombal à universidade de Coimbra. Estabeleceram-se oito cadeiras para os estudos de Retórica, Grego, Hebraico e cinco para os de

²⁶ Cf. HORN, 1992, p.23.

Filosofia, História Eclesiástica, Teologia Dogmática, Teologia Moral e Teologia Exegética.²⁷

Essas cadeiras contribuíram para o processo de emancipação política no Brasil, uma vez que se criou um ambiente de potência humanística e universalista comum a todos. Já no pensamento pedagógico, não houve tantas ampliações, pois, tinha como espelho para os intelectuais os conteúdos Europeus, o que se reproduziu nos conteúdos dos cursos de Filosofia que eram trabalhados na faculdade de Direito, as quais foram criadas em 1827, nas cidades de São Paulo e Recife.

No século XIX, todas as novidades educacionais que chegavam ao Brasil vinham de Coimbra, porém reorganizadas por Pombal, e reformuladas de acordo com as ideias iluministas da época, a partir daí foram criadas as Universidades de Filosofia e Matemática na cidade do Rio de Janeiro.

Mais adiante, no Colégio Pedro II, fundado em 1837, no Rio de Janeiro, único colégio brasileiro mantido pelo governo central, as disciplinas eram trabalhadas de forma introdutória, com doze cadeiras avulsas, dentre as quais a filosofia, criada em 1838, contando com apenas trinta e quatro alunos. Já nas províncias, a filosofia era uma disciplina obrigatória, incluída no currículo dos liceus e dos ginásios do curso secundário, bem antes do Colégio Pedro II.

Mesmo tendo traços introdutórios, nas aulas de filosofia, o que havia era o estudo dos clássicos filosóficos dentre eles, aristotélico – tomista, os quais foram sendo modificados e com o passar do tempo seguindo assim a realidade de cada instituição de ensino. Com efeito, observa-se que no período pombalino, com exceção do Seminário de Olinda, o ensino secundário era realizado por meio de aulas régias.

No século XX, houve diversas reformas, no sistema educacional, principalmente no que se refere ao currículo escolar, dando ênfase aqui, a disciplina de filosofia. No Brasil a filosofia foi proposta como uma disciplina complementar no currículo escolar, perdendo assim seu caráter de obrigatoriedade, para completar, com o golpe político de 1964, a filosofia tornou-se apenas uma disciplina optativa, cabendo assim a direção das escolas a implantação da disciplina ou não, o que configurou um amplo retrocesso na grade curricular até então existente. Todavia:

Na origem desse descarte estava a “cooperação” dos Estados Unidos com a educação brasileira, por meio dos acordos MEC – Usaid - Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional. O Brasil passou, então, a

²⁷ HORN, 1992, p.23-24.

receber assistência técnica e cooperação financeira que resultaram nas Leis 5.540/68 (ensino universitário) e 5.692/71(ensino de 1º e 2º Graus). Sob o signo do desenvolvimento, realizou-se a inclusão de disciplinas técnicas no currículo, o que exigiu a exclusão de outras, a exemplo da filosofia.²⁸

Com isso, a filosofia foi sendo “esquecida” ao longo do tempo por muitos, mas ainda havia aqueles que estavam lutando por seu retorno nas salas de aula, como disciplina obrigatória. A Lei nº. 5.692/71 foi complementada mais adiante pela Lei nº. 7.044/82-, que mediou o despojamento do desenvolvimento da crítica no país, o qual reduziu a carga horária de outras disciplinas que contribuía para o raciocínio reflexivo, ou para o surgimento de conceitos críticos para com a realidade existente na época, como a disciplina de História.

Mesmo assim a filosofia nas entrelinhas, estava presente, por causa de sua interculturalidade, ou seja, seus conteúdos podiam ser trabalhados usando uma linguagem, que está presente na disciplina de português, matemática, entre outras. Mas que, para algumas instituições, a filosofia permanecia no 2º grau como disciplina optativa, apenas como complemento do currículo escolar. Com o passar do tempo à filosofia para o ensino médio foi ressurgindo com a nova Lei de Diretrizes e Bases, LDB – Lei nº9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

O texto que a reintroduziu, todavia, é vago e paradoxal. O artigo 36 da seção IV – capítulo II – título V, que versa sobre o currículo do Ensino Médio, menciona apenas, em seu parágrafo 1º, inciso III: Os conteúdos as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do Ensino Médio o educando demonstre (...) domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania.²⁹

Desse modo, a Lei não especificou em nada a obrigatoriedade da disciplina de filosofia no currículo escolar, deixando assim tudo do mesmo modo, a filosofia continuava ser optativa, apenas para complementar a grade curricular das escolas caso fosse necessário. Depois de muitas lutas, o movimento que visava à obrigatoriedade da filosofia no ensino médio conseguiu uma grande e importante vitória, é que em 02/06/2008 foi ratificada a lei que altera a LDB no artigo 36, tornando a Filosofia e a Sociologia disciplinas obrigatórias nos currículos escolares de nível médio brasileiro.

Enfim, a filosofia realmente enfrentou e enfrenta ainda hoje grandes lutas, para se fundar sem convencionalismo nas instituições de ensino, já que hoje é uma disciplina obrigatória. Mas, o que parece na realidade é que, mesmo com o passar do tempo ainda existem os resquícios dos anos passados de muitas resistências para com a reflexão, pois

²⁸ HORN, 2009, p.30.

²⁹ HORN, 2009, p. 31.

desde os anos de, 1980 com a abertura da política no Brasil, as diretas já, a repressão da ditadura militar, que retirava das escolas o direito de refletir sobre a cidadania e a sociedade, entre outras situações que combatia a fundo a filosofia, promovendo assim, uma desvalorização da disciplina por parte de muitas instituições que ainda hoje, resistem em aceitar a filosofia como obrigatória no currículo escolar.

Mas, graças à edificação das Orientações Curriculares Nacionais de Filosofia, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, a filosofia pode ser integrada com maior vigor, tanto no ensino médio, como na educação de Jovens e Adultos – EJA. Essas leis e documentos confirmam a disciplina, propondo-lhes competências, habilidades, metodologias, conteúdos específicos a sua aplicabilidade em sala de aula, viabilizando assim, uma ampla e melhor reflexão sobre essa trajetória do ensino de filosofia no ensino médio.

No entanto, para que essa disciplina seja ainda mais aceita no ensino médio, é preciso que o docente seja bem preparado para enfrentar suas salas de aulas, mantendo uma correlação entre professor e alunos, ou seja, se faz necessário conquistar a confiança dos alunos e tentar despertar neles o desejo de conhecer a filosofia, levando em consideração que o docente é apenas um mediador em sala de aula, e que se faz necessário uma relação de cumplicidade e responsabilidade entre o professor e o aluno, é o que vamos vislumbrar adiante.

2.3 CONDIÇÃO CONFLITIVA NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

Nas relações humanas existem muitas complexidades, principalmente nas relações educacionais, as quais são essenciais na concretização comportamental e profissional do sujeito.

Desse modo, pode-se observar que na relação entre professor e aluno, há um processo de intenções de ‘dar e receber’, ou seja, dar o conhecimento (científico/professor) e receber o conhecimento de (mundo deles, a realidade extraclasse/aluno), ou seja, fazendo uma ponte entre o que eles trazem consigo e o que o professor preparou para cada aula, tendo em vista que nesses planejamentos deve haver uma flexibilidade nos conteúdos, pois cada aluno aprende de forma diferente.

É de suma importância perceber em uma sala de aula, ou em uma instituição de ensino, a relação entre o professor e o aluno, pois, é a partir da maneira de agir do professor que o aluno se sentirá receptivo à disciplina, seja ela de filosofia, seja de outra qualquer. Essa relação é de fundamental importância a todos os níveis de ensino, porém, aqui, em especial no

nível médio, tendo em vista que é por meio dessa relação que o aluno pode ser motivado ou não a construir seu conhecimento. Pois segundo Freire:

O bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma *cantiga de ninar*. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas dúvidas, suas incertezas.³⁰

Por isso, essa relação deve ser de cumplicidade, onde o professor e o aluno partilham ideias, conflitos, alegrias, realizações, enfim, por outro lado o professor também deve exercer sua autoridade, ou seja, exigir de forma sucinta, de seus alunos o comprometimento com a disciplina, em especial a de filosofia a qual está sendo abordada aqui, essa autoridade, não deve ser colocada como algo repressor, mas, sim como algo que estará contribuindo para o crescimento intelectual de cada aluno, como também do próprio professor que é parte primordial dessa cumplicidade.

Percebe-se que nas relações entre professor/a e aluno, é de suma importância que não seja utilizado o autoritarismo em sala de aula, pois só assim podem-se evitar o descaso com a disciplina de filosofia que infelizmente aumenta a cada dia, daí quando se usa de autoritarismo fica evidente a relação conflituosa em sala de aula. Porém, vale ressaltar que esse modelo de autoritarismo vem com alguns professores desde a sua graduação, o que fica suficientemente intrínseco durante a formação, e muitas vezes não é corrigido a tempo.

Mesmo sabendo que nas salas de aula, em específico na disciplina de filosofia, os alunos muitas vezes não aceitam, nem respeitam o professor como deveria, pois, acham desnecessária essa disciplina no currículo escolar. Daí a necessidade de se observar, e pontuar, medidas para uma melhor relação entre professor e alunos, sejam eles de escolas públicas ou privadas.

Todavia, é preciso que esse professor exerça sua autonomia, porém, não como um ditador de regras ou conteúdos já determinados pelas instituições de ensino, mas uma autonomia na construção de conhecimentos, apresentando aos alunos uma metodologia que apreenda a atenção dos mesmos, e que eles sintam o prazer de estar em uma aula de filosofia, participando e partilhando de reflexões a respeito dos mais variados temas provindos da realidade de cada aluno, dos conteúdos próprios da disciplina, do cotidiano escolar, ou relacionado à cidadania como forma de debate.

³⁰ Pedagogia da autonomia, 1996, p.96.

Os professores, de modo geral, formam um conjunto de mediadores do conhecimento e da reflexão, e contribuem, de forma direta, no desenvolvimento educacional de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Com isso, para que essa mediação atinja seu objetivo, que é a construção do conhecimento no processo de ‘dar e receber’. Deste modo, é necessário observar a relação entre os próprios alunos, como se comportam fora da sala de aula, pois seus comportamentos interferem claramente nas demais relações com professores em sala de aula, principalmente porque a construção do conhecimento se dá no coletivo. Nesse caso, o professor é um suporte de extrema importância para que a aprendizagem seja realmente satisfatória.

A sintonia, o respeito, a simpatia entre o professor e aluno, proporciona um trabalho construtivo e prazeroso, principalmente quando o aluno é visto e tratado como pessoa, e não como apenas mais um na multidão. Para que isso aconteça, é necessário que o professor mantenha um diálogo fecundo, e perceba os “erros” integrados no processo de aprendizagem, pois, na medida em que o aluno “erra” o professor já visualiza o que esse aluno aprendeu, e o que deve ser ainda apreendido e ensinado.

O diálogo, no processo de ensino e aprendizagem, é de extrema importância para o desenvolvimento cognitivo do aluno, pois, quando há um debate, o professor assume um papel de instigador e provocador de conhecimentos e reflexões. Sendo que o mesmo é peça fundamental para esse momento da aprendizagem, mesmo porque ele também aprende com os alunos. Neste sentido, sendo o professor um instigador do conhecimento é próprio dele levantar questões que contribuam para o aprimoramento do ensino, tudo isso por meio de seus conteúdos já pré-elaborados, ou mesmo do cotidiano de cada aluno, e as consequências disso é a construção do conhecimento racional e dinâmico do educando.

Diante das relações entre professores/alunos, para que haja um bom êxito é imprescindível o estabelecimento de um ambiente amigável, e que o professor possa exercer sua capacidade de ouvir, refletir e discutir o grau de compreensão dos seus alunos, criando assim, uma conexão entre os diversos conhecimentos. Assim, percebe-se que o professor deve junto com seus alunos incitar a reflexão por meio de pesquisas a fim de contribuir para com as transformações sócio-culturais, ou seja, que os alunos tenham autonomia, liberdade e discernimento para futuras escolhas na vida estudantil, em nível médio, e na vida como um todo. Com isso, o professor trabalhara sempre com o sentido de caráter prático dos alunos, ajudando-os assim na sua formação, enquanto, cidadão consciente de suas obrigações e responsabilidades sociais, seja na comunidade escolar, sejam no meio social em que vive.

Portanto, para que tudo isso seja possível e realizável é necessário que o professor busque recursos, métodos para uma atuação realmente satisfatória, tanto na comunidade escolar, quanto na realização pessoal e profissional. Sendo assim, serão abordados alguns possíveis caminhos para esse realizar-se.

3 POSSÍVEIS CAMINHOS PARA O PROFESSOR DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO

Esse tópico será voltado para trilharmos alguns caminhos no sentido de, como atuar com maior vigor no ensino médio, desde as questões da pesquisa até as reflexões críticas. Nessa fase educacional, o que será também de grande relevância são as questões da criatividade em sala de aula, tudo isso trabalhado de acordo com a realidade de cada espaço escolar. Por isso não se apresenta uma receita para ser seguida, mas elementos que possam subsidiar uma prática docente que recupere a identidade da filosofia no Ensino Médio.

3.1 FILOSOFIA, PESQUISA E REFLEXÃO CRÍTICA E CRIATIVA DA REALIDADE.

Percebe-se que os futuros docentes em filosofia percorrem um longo e importante trajeto durante sua graduação, principalmente no que diz respeito aos conteúdos específicos de filosofia, onde conheceram, aprenderam e vivenciaram experiências, com seus formadores sobre o que é filosofia e como se ensina filosofia. Destarte, só por meio dessas experiências pode-se identificar o que é ser um “bom” ou “mau” professor, tendo em vista que durante sua trajetória como estudante de licenciatura teve contato direto com diversos conteúdos e modelos de como ensiná-la.

No entanto, compreende-se que cada um tem sua maneira peculiar de aprender e de ensinar, dependendo sempre de como interpreta suas leituras filosóficas, as quais devem ser leituras dos textos clássicos. Porém, deve-se observar que, cada professor transmitiu sua leitura e interpretação de acordo com os professores que eles também tiveram, ou seja, cada um expôs seus conhecimentos de modo particular, o que cooperou para a atuação dos novos docentes.

Segundo Cerletti,

se se ensina, por exemplo, que a filosofia tem a importante função de desnaturalização, não se poderia assumir como naturalizada a interpretação que cada um “aprendeu” no seu primeiro acesso aos filósofos nem muito menos considerar ingenuamente que ela seja única. Isso é importante porque os estudos de formação inicial têm uma grande força naturalizadora – em relação à concepção de filosofia que depois será assumida, às interpretações que se faz da obra dos filósofos estudados ou ao que se internaliza como “ensinar e aprender filosofia” -, que nunca é avaliado em toda a sua dimensão.³¹

³¹ O ensino de filosofia como problema filosófico, 2009, p.60.

Todo o aprendizado adquirido durante a formação de docente em filosofia “ainda não é suficiente” para uma atuação contínua, pois o mesmo deve aprofundar-se no que se refere aos conteúdos da filosofia, como também o conteúdo das práticas pedagógicas. Soma-se que a função de docente não é algo estático e sim um constante movimento, seja ele na instituição de ensino ou fora dela. Eis o porquê de se considerar essa tarefa muitas vezes árdua, pois não basta apenas se graduar, é preciso está sempre atento/a as inovações educacionais, ou seja, a novas metodologias, conteúdos, didáticas, etc.

Com efeito, não existe uma fórmula ou receita que ensine ao futuro docente a ser um bom ou mau professor/a, seja ele/a um ótimo aluno/a ou não, isso depende de cada um, de suas experiências, do contato com a filosofia, e com as demais disciplinas que envolvem essa prática de sala de aula. Dessa forma, haveria que retornar ao lema de Píndaro, “venha ser o que tu és para recriá-lo no terreno filosófico-docente: venha a ser o professor ou professora de filosofia que já és.”³²

Ou seja, o ser professor/a é algo que está inerente em cada um/a, e não competem ao formador as tomadas de decisão perante as problemáticas de cada sala de aula assumida por seus futuros docentes. Porém, esses formadores podem mediar reflexões a respeito de como cada um deve construir sua própria forma de ensinar, com condições de escolher seus métodos e recursos, ampliando assim, seu compromisso com a filosofia e com a educação.

Mas é preciso salientar que todas as tomadas de decisões, a partir daí, será, em grande medida, tomadas por cada docente principalmente perante eventuais problemáticas vindouras de cada sala de aula assumida por seus docentes já licenciados. No entanto, esses mesmos formadores podem mediar reflexões a respeito de como cada uma pode construir sua própria forma de ensinar, com condições de escolher seus métodos e recursos, ampliando assim, seu compromisso com a filosofia e com a educação.

Configura-se que:

Converter a questão “ensinar filosofia” em um problema filosófico modifica também a sequência tradicional da didática da filosofia, que privilegia o “como” ensinar, para colocar então em primeiro lugar a análise do “que” ensinar. O “que” não será simplesmente um tema filosófico, mas segundo o que sustentamos até aqui, envolve uma tomada de posição perante a filosofia e o filosofar. [...] Nesse sentido cada professor e cada professora estão comprometidos com a construção da sua didática com base na sua concepção de filosofia. Em alguma medida, terão de ser então, ao mesmo tempo, filósofos e professores. Por sua vez, toda formação docente inicial deveria ter como objetivo central que o estudante pudesse construir ou

³² Ibidem, p.61.

encontrar *sua* forma de ser professor ou professora, sabendo que essa forma não é única, e que seguramente vai variando no decorrer do tempo e de sua prática profissional.³³

Dessa forma, é de extrema importância perceber que nenhum professor é detentor do saber por completo, porém, deve-se observar que é uma mola mestra na construção do conhecimento, não só do aluno, mas, também do conhecimento pessoal, daí um caminho de grande valia na prática do ensino de filosofia que é a pesquisa, mesmo sabendo que durante sua formação, o docente não foi preparado para atuar no campo da pesquisa,³⁴ nem adquire, facilmente esse caminho para uma melhor contribuição no cotidiano escolar, com isso compete a cada docente, elaborar sua metodologia, sua didática, sempre partindo do pressuposto de seu conhecimento prévio do contexto filosófico, para poder se comprometer com mais vigor durante sua regência em sala de aula.

Contudo, mesmo percorrendo caminhos que ajudam o desempenho do docente em sala de aula, ainda assim, não se pode dizer que o mesmo será um “bom ou mau professor” seja ele de filosofia ou não, principalmente quando forem surgindo os mais variados dissabores ou até mesmo desapontamentos, que ininterruptamente surgem no contexto profissional. Dessa forma, compete a cada professor/a uma auto-avaliação, no sentido de, como está ou foi sua formação enquanto docente, já que, essa empreitada requer uma inflexível autoformação, que exige coragem, paciência, dedicação, disposição física e intelectual, atenção e disciplina, e que nada tem de espontâneo e corriqueiro, como outras áreas do saber, ou seja, é preciso estar em constante contato com leituras, e atento às novas metodologias para não se tornarem meros transmissores de conhecimentos.

Quando, o docente parte então da academia para as instituições de ensino, seja ela pública ou privada é importante que, tanto o docente quanto a coordenação da instituição de ensino planejem juntos, o que, ensinar nessa fase educacional, ou seja, no ensino médio, porém com a limitação do tempo para a disciplina de filosofia, o docente se vê de certo modo pautado em sua atuação profissional, sendo muitas vezes impedido de elaborar alguma atividade de pesquisa e reflexiva, causando assim um dissabor junto à tarefa da cidadania.

É importante ressaltar que o docente de filosofia “não” dispõe de um planejamento pedagógico próprio na maioria das instituições, no entanto sua atuação se dá junto a um “conjunto de teorias já implícitas, nos valores e crenças pedagógicas que formam um a priori

³³ CERLETTI, 2009, p.63-64.

³⁴ Quando falamos que não existe campo de pesquisa na formação acadêmica, referimo-nos que não existem linhas de pesquisa em relação à prática docente.

que não deve deixar de ser levado em conta. ”³⁵ O qual vai ser ainda mais ampliado quando outros docentes coligarem-se à prática de ensino.

É imprescindível ressaltar uma questão que muitas vezes retira do futuro docente o interesse de atuar em sala de aula, principalmente de filosofia, tendo em vista que, quando se chega à academia, logo é colocado em pauta, todos os conteúdos teóricos inerentes a filosofia. Deixando assim, o futuro docente “assustado”, com tantas informações, questionamentos, leituras dos clássicos, etc., causando assim, um impacto desnecessário.

Uma proposta relevante seria: Fazer um levantamento das atividades educacionais que os mesmos receberam anteriormente à licenciatura, dessa forma contribuiria para uma melhor compreensão de como deve ser sua atuação enquanto vindouro docente, ajudando-o com outras atividades relacionadas à formação, tais como: atualizações, aperfeiçoamentos, capacitações, congressos, entre outros.

Tudo isso oferece espaço para se discutir, questionar e abordar novos meios para atuação da docência, como também uma coerência pessoal, no seu cotidiano. O que contribuirá para a constituição de sua metodologia, permitindo-lhe construí-la com uma proposta filosófico-pedagógica pessoal, fundamentada e responsável, com coerência e articulação reflexiva crítica, constituindo assim uma bibliografia para a ampliação de seu projeto político pedagógico. Não deixando de lado as questões curriculares, onde o mesmo deve articular e vincular as questões das pesquisas, criticidade, e a criatividade, para uma melhor atuação em sala de aula.

3.2 A PESQUISA NO ENSINO DE FILOSOFIA

Quando se fala em pesquisa, se imagina logo: entrar em uma biblioteca para pesquisa bibliográfica, ou em jornais, revistas, entre outros, porém, o que será exposto aqui é uma pesquisa que visa ensinar a educar e refletir de forma crítica e reflexiva dando também uma criatividade de acordo com a realidade de cada Instituição de ensino.

No entanto, quando se fala de ensinar por meio da pesquisa, logo se imagina que o professor seja também um pesquisador, ou que domine uma metodologia científica da pesquisa, tanto no âmbito científico, quanto nas demais áreas da educação. Porém, é importante ressaltar a pesquisa como atitude cotidiana, ou seja, ler a realidade criticamente. Com isso pode-se expor que: “educar pela pesquisa tem como condição essencial primeira

³⁵ CERLETTI, 2009, p. 57.

que o profissional da educação seja pesquisador, ou seja, maneje a pesquisa “como princípio científico e educativo” e a tenha “como atitude cotidiana”.³⁶

Ao saber que durante a graduação de filosofia em diversas universidades, não houve uma orientação específica de como ser um “docente e pesquisador”, isso deixa lacunas que têm prejudicado uma prática docente criativa e crítica. Aqueles professores que já estão em sala de aula percebem que, com o avanço das tecnologias, não basta ser apenas um mero professor, é necessário acompanhar esse avanço juntamente com os alunos, incentivando-os a pesquisar, a ler os clássicos, e trabalhar as questões da cidadania, entre outros, mas sempre acompanhando as novas formas de se ensinar e apreender o conhecimento reflexivo da disciplina de filosofia, em especial no ensino médio.

Quando se fala em pesquisa em sala de aula, logo, surgem os questionamentos de como realizá-la, e esse questionamento é parte fundamental para o processo de aprendizagem, pois, desencadeia a formulação de argumentos e conseqüentemente a construção do conhecimento, possibilitando assim um começo para uma autonomia do educando.

Moraes, Galiazzi e Ramos afirmam que:

A pesquisa em sala de aula pode ser compreendida como movimento dialético, em espiral, que se inicia com o questionar dos estados do ser, fazer e receber dos participantes, construindo-se a partir disso novos argumentos que possibilitam atingir novos patamares desse ser, fazer e conhecer, estágios esses então comunicados a todos os patamares do processo.³⁷

Desse modo, o processo de ensino e aprendizagem que se utiliza da pesquisa para a ampliação do conhecimento, tem um peso maior, pois, seu objetivo é possibilitar ao aluno uma compreensão para construção de argumentos, como também para uma melhor comunicação e expressão, perante as atividades realizadas em sala de aula ou até mesmo fora dela. Dessa forma, o diálogo, a leitura e a escrita devem fazer parte constantemente desse processo, por meio da pesquisa, cabendo sempre ao professor ser um facilitador dessa construção, mesmo sabendo do grande desafio que é esse professor não ter recebido uma capacitação necessária para ser um pesquisador, o que causa certo dissabor perante algumas atividades, principalmente as de sala de aula.

³⁶ DEMO, 2005, p.2.

³⁷ Apud GHEDIN, 2008, p.173.

Todavia, “[...] professor e aluno tornam-se sujeitos de um mesmo processo.”³⁸ Ambos vão adquirindo o conhecimento de como se trabalhar com a pesquisa a partir do dia a dia, no entanto, o professor deve manter uma relação dialógica com seus alunos procurando considerar ao máximo sua maneira de entender e refletir, ou seja, observando que cada um tem de peculiar ao aprender. Ou seja,

fundamentalmente, o ensino-aprendizagem orientado pela pesquisa exige uma relação dialógica que oriente e permeie as ações de investigação. Essa habilidade é a disponibilidade para acompanhar de perto a atividade e o modo de pensar dos alunos, avaliando e orientando a aprendizagem. O professor deve ter habilidade dialógica, procurando considerar e entender os modos de pensar dos alunos, sua experiência cognitiva, ritmo e tempo de aprendizagem (GHEDIN, 2008, p. 176).

Porém, vale salientar aqui, que para haver uma aprendizagem satisfatória por meio da pesquisa, é importante que haja um ambiente adequado, com os recursos necessários para se trabalhar com os alunos, principalmente recursos que chamem a atenção dos mesmos.

Para Demo “o estabelecimento de ambiente de pesquisa e a elaboração própria dos alunos e professores requerem algumas condições.”³⁹ Ou seja, uma ampla biblioteca, videoteca, laboratórios de informática, e um local para relatos de experiências práticas, como também compete ao professor ter flexibilidade no sistema avaliativo, considerando sempre a questão de que são construções próprias de cada aluno e que cada um produz a maneira com que apreendeu o conhecimento. Contudo, mesmo que nas escolas públicas não tenham um espaço reservado para a atuação e realização da pesquisa é de suma importância que o professor incentive seus alunos, nesse processo da aprendizagem afim de que conquistem as condições necessárias para a realização de seus trabalhos de pesquisa, principalmente no ensino de filosofia.

Segundo Demo:

A proposta de educar pela pesquisa tem pelo menos quatro pressupostos cruciais: - a convicção de que a educação pela pesquisa é a especificidade mais própria da educação escolar e acadêmica, - o reconhecimento de que o questionamento reconstrutivo com qualidade formal e política é o cerne do processo de pesquisa, - a necessidade de fazer da pesquisa atitude cotidiana do professor e no aluno, - e a definição de educação como processo de formação da competência histórica humana.⁴⁰

³⁸ GHEDIN, 2008, p.174.

³⁹ **Educar pela pesquisa** 2005a, p.94.

⁴⁰ **Educar pela pesquisa** 2005, p.5.

Estas propostas conduzem para ampliação de novos caminhos, que também corroboram para o processo de ensino aprendizagem por meio da pesquisa, ou seja, o de ‘fazer-se e refazer-se’, na relação educacional, os quais se tornam pressupostos para a educação tipicamente escolar, reconstruindo-a com qualidade formal e política que é o cerne do processo da pesquisa em sala de aula.

Por isso, é que a pesquisa deve ser introduzida como atitude cotidiana, tanto para o professor como para o aluno, ou seja, segue o processo do ‘dar e receber’, mantendo sempre um diálogo construtivo, para que esse processo seja de formação, capacitação e de competência, para as relações sócio-educativas e de cidadania, tendo em vista que, a pesquisa visa sempre às questões emancipatórias do sujeito. Segue-se que: “a característica emancipatória da educação, portanto, exige a pesquisa como seu método formativo, pela razão principal de somente um ambiente de sujeitos gera sujeitos.”⁴¹

Portanto, entende-se que a educação, pela pesquisa, vem coroar os questionamentos construtivos e reconstrutivos da qualidade educacional, formal e política da sociedade, tornando-se peça chave de uma filosofia que pode ser ensinada a partir de uma visão crítica e criativa da realidade.

⁴¹ DEMO, 2005, p.8.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, percebemos o quanto é relevante ajuizar sobre a prática docente. Assim, este estudo procurou levantar algumas reflexões com base em alguns autores para entendermos a complexidade do que é ensinar. Neste sentido, buscamos realizar aqui, ordenadamente, rememorar o que foi exposto neste trabalho.

Sendo assim, notamos que ao discorrer sobre o ensino de filosofia no Ensino Médio, foi abordado: o conceito de identidade, suas propostas, suas competências e suas habilidades. Desta forma, configurou-se um ponto de partida para melhor aceitação nessa fase educacional. Assim, observou-se a sua função enquanto disciplina e sua aplicabilidade em sala de aula, ressaltando que é basilar a importância de que o professor sempre esteja inteirado dessas conceitualizações para uma melhor formação dos alunos.

Vimos que a filosofia no Ensino Médio compreende diversos conteúdos, dentre eles, destacamos Filosofia e Conhecimento, Filosofia e Ciências, Lógica, entre outros, os quais têm como objetivo propiciar aos alunos uma selecionada gama de atividades reflexivas, contribuindo assim para sua aprendizagem filosófica.

Destarte, percebemos que as Competências e Habilidades não se resumem, simplesmente, a um momento da educação, mas sim, enfatiza o ensino de filosofia no Ensino Médio, o que proporciona uma melhor formação do educador para atuar com maior eficácia no ambiente escolar. Entretanto, mostrou-se necessário que o docente durante a formação demonstre disponibilidade e paciência, enfrentando, assim, de modo coerente os conflitos existentes, não só nesse período, mas em todas as fases educacionais.

Observamos, também, que a vivência em sala de aula, faz surgir diversas questões conflitivas na formação do docente em filosofia, com amplas dificuldades. Ademais, vimos que o professor pode trabalhar visando sempre o caráter prático dos alunos, ajudando-os assim na sua formação, enquanto, cidadão consciente de suas obrigações e responsabilidades na comunidade escolar, como também no meio social em que vive.

Alguns caminhos foram delineados com a finalidade de mostrar as questões da pesquisa até as reflexões críticas. Nessa fase educacional, o que será também de grande valor serão as questões da criatividade em sala de aula, mas tudo deverá ser trabalhado de acordo com a realidade de cada espaço escolar. Por isso, não se apresenta uma receita para ser seguida, mas elementos que possam subsidiar uma prática docente que recupere a identidade da filosofia no Ensino Médio.

Enfim, entendemos que ao falar em pesquisa, devemos voltá-la para o campo criativo e reflexivo pautada na realidade presente em cada Instituição de Ensino. Além disso, vimos que a relação aluno/professor é essencial e importante para a educação, porque é a partir do atuar do educador, nessa relação, que o educando se postará bastante receptivo à disciplina. Pois a reciprocidade, a simpatia e o respeito entre professor/aluno demonstram um trabalho mais construtivo, assim, integrando o educando ao meio sociocultural, e só assim ele se sentirá parte integrante de um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação Básica. Secretaria de Educação Básica **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. v.3. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, DF, 2008.

_____. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. **Lei 11.684, de 2 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio. Brasília, DF, 2008^a.

_____. Ministério da Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, DF, 2000.

CEPPAS, F. Anotações sobre a “formação filosóficas” no Brasil e o ensino de filosofia. In: GALLO, Sílvio; DANELON, Márcio; CORNELLI, Gabriele (orgs.). **Ensino de filosofia: teoria e prática**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2004. (Coleção filosofia e ensino)

CERLETTI, Alejandro. **O ensino de filosofia como problema filosófico**. Tradução de Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. (Coleção Ensino e Filosofia).

CORNELLI, Gabriele; CARVALHO, Marcelo; DANELON, Márcio (coord.). **Filosofia: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (p. 163) (Coleção explorando o Ensino, v.4).

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 7^a ed. Campinas, SP: Autores associados, 2005. (Coleção Contemporânea).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GALLO, Sílvio; DANELON, Márcio; CORNELLI, Gabriele (orgs.). **Ensino de filosofia: teoria e prática**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2004. (Coleção filosofia e ensino)

GHEDIN, Evandro. **Ensino de Filosofia no Ensino Médio**. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Docência em Formação. Série Ensino Médio).

HORN, Geraldo Balduino. **Ensinar filosofia: pressupostos teóricos e metodológicos**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2009. (Coleção filosofia e ensino).

MORAES, Roque et al. Produção em sala de aula com pesquisa: superando limites e construindo possibilidades. In: GHEDIN, Evandro. **Ensino de Filosofia no Ensino Médio**. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Docência em Formação. Série Ensino Médio).

MORIN, Edgar. A religação dos saberes: desafio do século XXI. In: GHEDIN, Evandro. **Ensino de Filosofia no Ensino Médio**. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Docência em Formação. Série Ensino Médio).

OBIOLS, G. Uma introdução ao ensino de filosofia. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim Severino. **Filosofia: Guia do professor**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVEIRA, René José Trentin. Teses sobre o ensino de Filosofia no nível médio. In: _____. **A filosofia e seu ensino – Caminhos e sentidos**. Orgs. Renê Trentin e Roberto Goto. São Paulo: Edições Loyola, 2009. (Coleção Filosofar é preciso).

Referência de internet;

A RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM. Disponível em: <http://www.espaçoacademico.com.br> <Acesso em 15 de Setembro de 2011.